



## CURZON E A QUESTÃO DE MOSUL

**E**m primeiro lugar, havia a questão do petróleo. Em 27 de Junho de 1914, na véspera do assassinato de Sarajevo, tinha sido criada a Turkish Petroleum Company, que obtivera direitos exclusivos sobre os depósitos de petróleo nos vilayets de Bagdade e de Mosul. Setenta e cinco por cento das acções dessa companhia pertenciam a interesses britânicos, os restantes 25 por cento a interesses alemães. O vilayet de Mosul, no acordo Sykes-Picot, tinha ficado na zona francesa, mas o Governo francês concordara em reconhecer a referida concessão, no que dizia respeito aos interesses britânicos. Em 1918, Lloyd George induzira Clemenceau a ceder à Grã-Bretanha o vilayet de Mosul, desde que os franceses obtivessem uma parte dos depósitos de petróleo, que não devia ser inferior à antiga parte alemã. Esta última promessa ficou subsequentemente incorporada no acordo Berenger-Long, de 18 de Abril de 1919, e no acordo Berthelot-Cadman, de 24 de Abril de 1920. Em Agosto desse ano, os Estados Unidos levantaram uma objecção a esses acordos, por não serem consonantes com o princípio da *open door*. Estes factos são registados só para indicar a natureza intrincada do problema que Curzon tinha de enfrentar.

Havia, contudo, uma segunda consideração com ainda maior dificuldade. O Primeiro-Ministro e o Gabinete, sensíveis às questões do petróleo, estavam aterrorizados com a possibilidade de Curzon seguir uma linha de firmeza nesta matéria e os deixar numa posição desagradável. Bonar Law era explícito. Temia que a Turquia nos levasse a uma ruptura na questão de Mosul. «Isso», escrevia «era a pior coisa que podia acontecer de todas as maneiras, pois metade dos nossos e o mundo inteiro diriam que tínhamos recusado a paz por causa do petróleo... Se eu chegasse à conclusão de que podíamos sair, certamente não continuaria a ser responsável pela mandato». «Talvez valha a pena», escreveu ele de novo a Curzon, em 8 de Janeiro, «repetir mais uma vez que há duas coisas que me parecem vitais. A primeira é não irmos para a guerra por causa de Mosul; e a segunda, se os Franceses, como nós sabemos, não se juntarem a nós, não vamos nós lutar sozinhos contra os Turcos para impor o que resta do tratado de Sèvres. Os dois pontos são tão importantes para mim que, a menos que algo imprevisito mude a minha posição, não aceitarei ser responsável por qualquer outra política.»

Por estranho que pareça, as opiniões derrotistas do Primeiro-Ministro tinham eco, embora de uma forma menos parlamentar, no *Daily Express*. «Mosul», escreviam «não vale os ossos de um único soldado britânico. Os nossos interesses em Mosul não existem.» Uns dias mais tarde, o *Daily Express* era ainda mais enfático. Sob um longo cabeçalho «No war to defend Mosul! Out of Mesopotamia! Bag and baggage the only policy!» escreviam o seguinte: «O povo britânico deve fixar o seu olhar na nuvem de guerra sobre a Mesopotâmia. Deviam tornar claro que não vão fazer a guerra para defender Mosul contra os Turcos. O nosso dever é entregar Mosul à Liga das Nações.»

Harold Nicolson, *Curzon. The Last Phase (1919-1923)*, Londres, Constable & Co, 1937 **RI**

# TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO IRAQUE: SERÁ QUE VAI RESULTAR?

Sir Jeremy Greenstock

À medida que o mês de Abril se aproxima do fim, os meios de comunicação internacionais fazem horas extraordinárias para relatar os últimos incidentes de toda uma série de terríveis acontecimentos ocorridos no Iraque. E têm motivos para isso, uma vez que a enorme tarefa que a Coligação enfrenta ultrapassa as piores expectativas de Washington e Londres quando se lançaram à reconstrução do Iraque no dia 9 de Abril de 2003. A comunicação social deveria, contudo, contextualizar esses acontecimentos. A violência não é o único aspecto a ter em conta nesta história. Além disso, ao permitir que o impacto das imagens manchadas de sangue abafe o resto dos acontecimentos implica que o público espectador – e talvez até os ministérios dos Negócios Estrangeiros – terá dificuldade em formar uma opinião rigorosa acerca do rumo que todo o empreendimento está a tomar. Há um equilíbrio muito maior entre o sucesso e o fracasso do que o que o ruído da comunicação social pode sugerir. E isto aplica-se tanto ao Ocidente como ao mundo árabe, para o qual o futuro está dramaticamente em causa, mas cujos meios de comunicação social estão obcecados com os aspectos mais sensacionalistas dos acontecimentos.

A minha função enquanto representante especial do Reino Unido no Iraque terminou no final de Março, tal como estabeleci com o Governo britânico quando aceitei o cargo em Junho de 2003. Estou, portanto, a escrever este artigo na minha qualidade de simples cidadão, ainda fascinado pela saga do Iraque, mas sem quaisquer responsabilidades residuais que me obriguem a reflectir o ponto de vista oficial do Reino Unido. Os meus sete meses nesta missão foram uma experiência extraordinária e absorvente que constituiu um fim completamente inesperado para uma carreira interessante, embora convencional, no Foreign Office. Espero que esses meses possam ter contribuído um pouco para a construção dos alicerces da transição para uma vida melhor e mais livre para a grande maioria dos iraquianos, que apenas pretendem levar uma existência pacífica e normal, liderados por um governo de iraquianos escolhidos por eles.

## OS ALICERCES DA TRANSIÇÃO

Os alicerces foram estabelecidos com a adopção da Lei Administrativa de Transição de 8 de Março de 2004. Esta lei, esboçada e negociada pelos iraquianos, com uma influência mínima por parte da Coligação, estabelece o processo de transição e lança as bases de um sistema-modelo de direitos individuais e colectivos para o povo iraquiano que se encontra ao nível dos padrões internacionais. O dia 30 de Junho foi a data escolhida para que um governo soberano iraquiano assumira a plena responsabilidade pela administração; as eleições estão marcadas para o final de Janeiro de 2005, podendo eventualmente ter lugar antes dessa data. No espaço de um ano a partir desse momento o Iraque deverá ter uma nova Constituição e um novo Governo eleito à luz dessa Constituição.

Será que a recente irrupção de violência pode comprometer este programa? Não creio. A tarefa de reconstrução está a mostrar-se extraordinariamente dura e tem havido vítimas mortais, iraquianas e não iraquianas, numa escala assustadoramente elevada. Contudo, as bases do novo Iraque não têm sido afectadas da forma que as imagens televisivas parecem fazer crer. O calendário para a transferência plena do poder não deve ser alterado. Como

POR TODO O IRAQUE UMA MAIORIA SIGNIFICATIVA DA POPULAÇÃO DESEJA QUE A TRANSIÇÃO SEJA BEM SUCEDIDA E QUE AS FORÇAS ESTRANGEIRAS DEIXEM O PAÍS.

resultado de uma frustração e de uma raiva irreflectidas, a violência tem sido dirigida contra as forças e objectivos da Coligação, e não tanto contra as comunidades iraquianas. Por todo o Iraque uma maioria significativa da população deseja que a transição

seja bem sucedida e que as forças estrangeiras deixem o país. Até à data os iraquianos têm estado preparados para suportar os custos da brutalidade praticada por uma proporção ínfima da população. Os iraquianos são um povo talentoso, politicamente astuto e dotado de uma boa instrução, e merecem um governo que seja capaz de tirar o melhor partido dessas qualidades. Sabem que não querem regressar ao governo do Partido Baas e que os objectivos dos terroristas estrangeiros no seu país nada têm a ver com um Iraque estável e livre no futuro. Embora a ocupação não lhes agrade de forma alguma, parecem compreender que o caminho mais realista para atingirem o que pretendem passa por um conjunto de fases e não por umas eleições apressadas e distorcidas realizadas num momento prematuro do processo. Essa linha de pensamento encontra-se fragilizada, na medida em que, por um lado, não têm a certeza de deterem toda a informação e, por outro, porque os centros de produção de rumores estão a laborar em pleno numa sociedade já de si perturbada. No entanto, o facto de serem mais as regiões que começam a viver normalmente do que as que se encontram paralisadas pela violência tem animado as suas expectativas em relação ao processo em curso.

Poderão os iraquianos continuar desta maneira? Aí está uma importante questão. A capacidade de tolerância do povo iraquiano para suportar os tempos mais difíceis será o verdadeiro elemento determinante do rumo que a transição vier a tomar. A Coligação,

a administração provisória e os iraquianos que trabalham no Governo já tinham compreendido há algum tempo atrás que o período que levará à transferência do poder seria conturbado. Mas o tempo não está a favor dos anarquistas. Os que são leais ao regime de Saddam, abertamente desprezados e odiados pelos seus compatriotas, sabem que têm de afastar o apoio que as forças norte-americanas e os aliados prestam à construção do novo Iraque se quiserem repor as condições para regressarem ao poder. Os terroristas não iraquianos, cuja guerra é outra, mas que de momento coincidem com os apoiantes de Saddam no seu objectivo de tornar o Iraque ingovernável, necessitam de uma ocupação estrangeira para alimentar a raiva que lhes tem proporcionado algum espaço de manobra. Com os iraquianos no poder, com o espectro das eleições livres, com as Nações Unidas a dirigirem-se para o Iraque para ajudar o desenvolvimento do processo e com o apoio internacional mostrando-se cada vez mais consistente à medida que os meses passam, os terroristas terão de agir rapidamente para deter o ritmo da transição. Eu e o embaixador Paul Bremer previmos uma série de ataques quando revimos as nossas análises políticas com os nossos governos e com o Conselho Governativo iraquiano no início do ano; prevenimos Londres e Washington de que a situação se tornaria muito difícil; e pedimos novas garantias de que a determinação da Coligação seria capaz de suportar o esforço. É perfeitamente lamentável termos de testemunhar os atentados, os assassínios indiscriminados, os raptos e as mutilações que continuam a verificar-se, e que não poderão ser erradicados em poucas semanas. Mas, de acordo com as sondagens realizadas junto da opinião pública iraquiana, as pessoas, cujo parecer é de facto importante em todo este assunto, estão decididas a ficar do lado do processo de transição.

Este aspecto necessita de uma explicação um pouco mais aprofundada. A imagem que vemos do Iraque, devido ao aflitivo nível de brutalidade, é a de uma sociedade gravemente doente. Mas tanto o Sul como o Norte estão em larga medida livres da violência. Os curdos foram capazes de alcançar a sua própria segurança física e económica nos anos subsequentes à I Guerra do Golfo e, embora não estejam dispostos a comprometer as suas condições mínimas para um desenvolvimento continuado, tomaram a decisão ao mais alto nível de contribuir para a construção de um país unido. Os xiitas do Sudeste tinham desenvolvido uma estrutura mais coesa durante os anos de oposição a Saddam e parecem determinados a não permitir que a raiva de uma minoria destrua as suas expectativas. As recentes acções dos apoiantes de Moqtada al-Sadr, um clérigo polémico com longos antecedentes políticos mas com um estatuto religioso modesto, não parecem ser sustentáveis enquanto insurreições, a menos que figuras de elevado estatuto religioso no seio da comunidade xiita, como o grande *ayatollah* Ali al-Sistani, deixem de advogar métodos pacíficos de acção política. O que a grande maioria pretende é o progresso económico, a lei e a ordem. A Coligação tem de se cingir a um programa que consiga atingir estes grandes objectivos principais, e deve permitir que os iraquianos rejeitem por si mesmos aqueles que lhes propõem a desordem.

## PENSAR A LONGO PRAZO

Por mais insatisfeitas que as pessoas estejam devido à violência contínua, e por mais que anseiem por uma restauração rápida dos serviços básicos e da normalidade económica, poucas alternativas restam aos iraquianos senão serem perseverantes. Querem que o controlo dos acontecimentos regresse às suas mãos. Querem que as forças de segurança iraquianas sejam treinadas e equipadas para manter a ordem sem ser necessária a presença de estrangeiros no seu território.

O IRAQUE TEM UMA LONGA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA; NÓS ESTAMOS A AJUDAR A CRIAR ALGO COMPLETAMENTE DIFERENTE DAS EXPERIÊNCIAS DO SÉCULO PASSADO.

E começam a ver os resultados das enormes quantidades de auxílio que têm chegado ao seu país em termos de criação de empregos e de comércio. O orgulho nacional e a lealdade dificultam o apoio activo da

maioria às tropas norte-americanas e de outras nações que se encontram no terreno. No entanto, essa maioria não quer que as tropas regressem aos seus países caso isso resulte na perda da oportunidade que o afastamento de Saddam representa para eles. Isto pode constituir um difícil dilema; tal como muitos dos seus irmãos árabes noutras regiões do Médio Oriente, os iraquianos são afectados pela selecção de imagens televisivas sensacionalistas feita pelos media. Mas eles saberão identificar onde se encontram os seus interesses a longo prazo.

Quanto a nós, no Ocidente, temos de reconhecer que nos comprometemos com um programa ambicioso. O Iraque tem uma longa história de violência; nós estamos a ajudar a criar algo completamente diferente das experiências do século passado. Os iraquianos necessitam desesperadamente de ter a garantia de que os seus interesses estão a ser salvaguardados, e não os das forças exteriores, e de que a força bruta do seu carácter nacional pode ser contida e redireccionada. Aguardam a emergência de um novo líder nacional que esteja pronto para trabalhar em prol de um país unido e que consiga ir além dos instintos mais limitados das comunidades isoladas. Durante a minha estada de meio ano em Bagdade tive a oportunidade de admirar a coragem e a aproximação cada vez mais dedicada dos membros do Conselho Governativo iraquiano. Mas, tal como eles próprios reconheciam nos momentos de maior franqueza, não tinham ainda encontrado a fórmula para o tipo de liderança que sabiam ser necessária para o Iraque. O período que vai até às eleições no início de 2005 poderá originar um novo espírito transversal na política, uma vez que nenhum dos movimentos políticos já estabelecidos ou recém-formados consegue chamar a si uma maioria simples do eleitorado, e porque necessitam de se adaptar às novas realidades democráticas. Ou então esta época poderá assistir ao crescimento da intimidação e do sectarismo. Por agora ainda não podemos ter quaisquer certezas. Mas é mais provável que sejamos capazes de estimular as tendências mais acertadas num contexto político com maior liberdade se os riscos forem discutidos abertamente e se o povo iraquiano compreender aquilo que se espera dele.

## **O PAPEL DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

É neste ponto que as Nações Unidas poderão desempenhar um importante papel. Desde há muito que o Reino Unido deseja ver a comunidade internacional mais envolvida no Iraque. Sabemos até que ponto as Nações Unidas poderão contribuir com a sua experiência e os seus conhecimentos para o estabelecimento de preparativos eleitorais, assim como para o desenvolvimento mais vasto da reconciliação e da renovação da sociedade iraquiana. A perda de Sérgio Vieira de Mello e da sua equipa no passado mês de Agosto ainda é sentida de forma profunda pela Coligação, assim como pelo resto do mundo. Os Estados Unidos têm sido cada vez mais receptivos ao pleno envolvimento da comunidade internacional. E pela minha experiência de trabalho com os norte-americanos no terreno, esse facto não se deve a qualquer sentimento recente provocado pelas suas dificuldades no cenário iraquiano. Foi o resultado natural de se terem apercebido de que o rótulo da ocupação trás consigo os seus inconvenientes e de que as Nações Unidas e outros aliados importantes que ainda não se encontram no Iraque têm talentos genuínos e atributos com os quais poderiam acelerar a construção do novo Iraque.

E a União Europeia? Quando me encontrei com os meus colegas da UE em Bagdade antes de ter deixado o país em Março apontei veementemente as vantagens de um maior empenho da Europa nos próximos estádios da reconstrução do Iraque. Claro está, na Europa nem sempre estivemos de acordo acerca das políticas a seguir em relação ao conflito e ao seu rescaldo. Mas assegurar bons resultados no Iraque tem uma importância muito maior para os interesses europeus, dadas as enormes vantagens que a UE encontraria num Médio Oriente em paz, apto a levar a cabo todo o seu potencial para o desenvolvimento económico e para o comércio. A defesa dos nossos próprios territórios contra o terrorismo também passa pela conquista da paz e pela derrota da violência inspirada pelo terrorismo no Iraque.

Por fim, temos de chegar a acordo acerca do facto de os Estados Unidos serem a única superpotência. Se não concordarmos com algumas das decisões tomadas pelos EUA – e há inclusive muitos norte-americanos que se incluem nessa categoria – devemos discutir-lo com os EUA numa base de envolvimento construtivo e não a partir de uma frágil linha de delimitação de terrenos. Os norte-americanos, os britânicos e os seus aliados no Iraque carregaram o fardo das suas decisões, e o dos seus erros, com uma determinação resoluta que pode ser respeitada ou desculpada, dependendo do ponto de vista de cada um. Mas tem de haver um fim para a polarização de políticas e da opinião internacional que a saga do Iraque provocou neste período mais recente. E a UE é suficientemente generosa para participar nisso. Espero que Portugal, cujas acções no contexto da diplomacia da UE e enquanto membro da Aliança durante a minha carreira foram tantas vezes marcadas pelo realismo e pelo bom senso, venha a desempenhar um papel central na expressão e na implementação desse pensamento. *RF*

**20 DE ABRIL DE 2004**

**TRADUÇÃO: JORGE FILUZEAU GARCIA**